O PAPEL DA FAMÍLIA NO CUIDADO COM A PESSOA PORTADORA DE TRANSTORNO MENTAL

Isabel Lermen Rheinheimer[1]

Sabrina Koch[2]

Resumo: O presente estudo teve por objetivo investigar o papel que a família assume no cuidado com a pessoa portadora de transtorno mental, bem como saber qual a importância que a família tem no tratamento destes indivíduos. Utilizou-se como método de investigação, uma revisão integrativa da literatura, com intuito de compilar publicações dos últimos 07 anos (2007 a 2014) a fim de sintetizar dados gerais sobre o papel da família no cuidado com a pessoa portadora de transtorno mental. Os resultados encontrados referem que mesmo a família não se sentindo instrumentalizada tecnicamente, essa cumpre com o seu papel de cuidadora, dando suporte e oferecendo um espaço de apoio e proteção.

Palavras-chaves: Saúde Mental. Transtorno Mental. Cuidados. Família.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos tempos a temática da loucura tem passado por diversas transformações. A história da intolerância ao diferente sempre esteve presente na sociedade e suas mudanças normalmente estão relacionadas a momentos históricos. Em períodos mais primitivos, a loucura era entendida através de uma perspectiva religiosa, onde o louco era visto como mensageiro divino, logo, entendia-se que o mesmo possuía poderes sobrenaturais. Já no período medieval, a loucura passou a ser vista como feitiçaria e adoração ao demônio, o que fez com que as pessoas portadoras de transtornos mentais fossem perseguidos (FORTES, 2010).

[1] Psicóloga, Especialista em Psicologia Clínica Ampliada; Pós-Graduada em Saúde Mental e Coletiva da Universidade Regional e Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Frederico Westphalen-RS. E-mail para contato: isabel.rheinheimer@yahoo.com.br.

[2] Psicóloga; Especialista em Psicoterapia; Mestre em Psicologia com ênfase em Cognição Humana; Professora do Curso de Pós-Graduação em Saúde Mental e Coletiva da Universidade Regional e Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus Frederico Westphalen – RS. E-mail para contato: koch@uri.edu.br.

A dificuldade de conviver com o diferente passou a excluir o doente mental do convívio familiar e social. Os hospitais psiquiátricos começaram a ser construídos e utilizados como depósitos para aqueles que não eram socialmente aceitos, desta forma, os ditos loucos passaram a ser isolados. A partir do entendimento de que estes espaços são ineficazes e responsáveis pela cronificação dos transtornos e que tais depósitos violavam os direitos básicos dos doentes mentais, que além de sofrer violências acabavam perdendo a dignidade, profissionais de saúde iniciaram uma luta contra essa forma de tratamento (LANCMAN, 1997). Os trabalhadores da saúde entenderam que os indivíduos não estavam recebendo tratamento e tampouco cuidado, eram apenas depositados nos hospitais para a comodidade e tranquilidade da família e da sociedade, que não necessitavam mais dispor seu tempo e atenção no cuidado destas pessoas. Assim, o que antes era considerado loucura, passou a ser reconhecido como doença, com especificações para cada tipo de transtorno, e como tal, passível de tratamento.

Com o processo ainda recente da Reforma Psiquiátrica no Brasil, os pacientes que antes passavam anos internados, e esquecidos em Hospitais Psiquiátricos, hoje têm o direito garantido através da Lei 10.216/01 (BRASIL, 2001) de receber tratamento fora dos hospitais. A lei aprovada em 2001 dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Desta forma, os cuidados deste sujeito começam a transpassar os muros dos hospitais e passam a ganhar espaço junto da família e da comunidade, onde começam a receber os cuidados e tratamentos necessários no território no qual reside.

Instituições como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e a própria Unidade Básica de Saúde (UBS) passam a ser referência e oferecem serviços assistenciais de atenção primária a estes pacientes. Assim, acompanham e tratam tais usuários, com o objetivo de garantir o direito à cidadania e promover a autonomia dos mesmos. Com o processo de desistitucionalização e a reinserção do doente mental na sociedade, a família também passa a ter um papel fundamental no tratamento e acompanhamento do indivíduo.

Sabe-se que tal usuário dos serviços de saúde mental, muitas vezes, exige atenção e cuidados especiais, o que gera sobrecarga, sofrimento e, algumas vezes, descaso por parte de alguns membros da família. Neste sentido, o presente estudo objetivou investigar o papel da família no cuidado com a pessoa portadora de transtorno mental, a importância da família no

tratamento deste indivíduo, e a representação que a família tem para o sujeito em seu tratamento.

1 TRANSTORNO MENTAL

Segundo o CID-10 (1993) não existe um termo exato que possa definir transtorno mental. Contudo, tal denominação é utilizada para sinalizar a existência de um conjunto de sintomas e comportamentos que causam prejuízo e sofrimento aos sujeitos. A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2005), assim como outras organizações têm evitado utilizar o termo "doença mental", isso porque "doença" está diretamente relacionada com a dominação que o modelo médico exerce sobre a dicotomia saúde/doença. O termo "transtorno mental" é empregado, porque se refere a um conjunto de sintomas e não somente à doença.

Ainda, segundo a OMS (2005), o termo saúde vai além da ausência de doença, é um estado completo de bem-estar físico, mental e social, assim, a definição do que é o transtorno mental depende do contexto social, econômico e cultural que tal sujeito está inserido. A própria visão sobre o significado de um transtorno mental e os cuidados ao indivíduo também foi se modificando ao longo do tempo.

Anteriormente, o doente mental era visto como louco, não se enquadrando no que era moralmente aceito pela sociedade. Estes eram confinados em hospitais, onde ao invés de receberem tratamento adequado, acabavam perdendo a dignidade e ficavam esquecidos (LANCMAN, 1997). A partir da reforma psiquiátrica, no final dos anos 70, foi possível pensarmos nos cuidados do doente mental para além dos muros dos hospitais psiquiátricos, esses passaram a ser inseridos na sociedade e em convívio familiar. Desta forma, alguns paradigmas foram dissolvidos, permitindo-nos compreender que o cuidado em saúde mental é um campo com possibilidades e estratégias que vão além da hospitalização (MACIEL, 2008).

O cuidado em saúde mental é uma forma de se relacionar com o outro, de auxiliar o indivíduo a se desenvolver. Segundo Waldow (2004), o ser humano só existe em função de ser cuidado, assim o cuidado é a essência do ser humano. As relações de cuidado estão sempre em movimento, inclui atenção, amor, carinho, compartilhamento e interesse. O ambiente de cuidado deve fazer com que as pessoas se sintam acolhidas, amparadas e protegidas, de um modo geral, deve haver respeito, consideração e confiança. Através do

cuidado encontramos a melhor forma de transformar o modo de sentir e viver do portador de transtorno mental, assim, o cuidado está em constante transformação, onde sujeito e família vão aprendendo novos conceitos e maneiras de superar as dificuldades (WAIDMAN; ELSEN, 2005).

Para Cardoso e Galera (2010), a melhor forma de oferecer um cuidado digno ao indivíduo é qualificando e cuidando todos os envolvidos com o usuário, para que esses possam proporcionar a assistência necessária. Desta forma, o cuidado em saúde mental acontece através da aproximação entre os serviços de saúde, seus profissionais, do paciente e sua família, sempre levando em consideração as particularidades de cada contexto cultural, social e econômico. Para algumas pessoas portadoras de transtornos mentais, o cuidado, muitas vezes, pode ser uma questão de sobrevivência já que muitos não conseguem cuidar de si, ser responsáveis por seus atos e dependem do outro, que normalmente é alguém da família, para se responsabilizarem por seus cuidados.

A pessoa portadora de transtorno mental pode apresentar alguns prejuízos cognitivos e físicos, não conseguindo dar conta de seus cuidados, assim, necessita do auxílio que normalmente recai sobre algum familiar. Desta forma, a família passa a se responsabilizar pelos cuidados deste indivíduo. Para Carvalho (2004), a família é um sistema de relações, constituído por múltiplos laços, que mantém seus membros unidos através de relações diferenciadas, fazendo com que esta esteja em constante mudança. A pessoa portadora de transtorno mental também pode apresentar oscilações de comportamento e, deste modo, a família também precisa ser flexível.

Cada família possui padrões, histórias e experiências (CARVALHO, 2004). Dentro de seu funcionamento e cultura, criam suas próprias estratégias, e encontram uma maneira particular para se comunicar, assim descobrem também as diversas maneiras de administrar o cuidado que seu parente necessita, muitas vezes diferente de um ideal de sociedade. A Lei da Reforma Psiquiátrica (BRASIL, 2001) preconiza uma mudança no modelo hospitalocêntrico, baseado nos mecanismos de isolamento, exclusão e culpabilização, para o modelo de atenção integral à saúde mental, onde os cuidados da pessoa portadora de Transtorno Mental possam ser realizados na comunidade onde vivem.

A partir deste novo paradigma, o sujeito passa a ser visto de forma integral, e não apenas como doença. O sujeito passa a ser visto como um ser de possibilidades, através de

uma atenção centrada no respeito, na subjetividade e na inclusão do convívio social. Assim é necessário que os sistemas territoriais de saúde e seus profissionais possam pensar em maneiras de acolher e tratar esses sujeitos da melhor maneira possível.

Desta forma, a família também conta com a ajuda dos profissionais de saúde que recebem apoio matricial de equipes de referência. Esse apoio matricial ocorre quando profissionais de áreas diferentes da saúde intervém de forma compartilhada, através de uma nova maneira de organização e funcionamento para produzir saúde (BRASIL, 2014). Com isso, os cuidados em saúde mental são ampliados para poder amparar de maneira mais eficiente famílias e usuários da saúde.

Neste novo modelo extra-hospitalar, o apoio matricial vem sendo implantado em vários municípios, a fim de fazer esta integração entre a saúde mental e a atenção primária, estruturando, desta forma, um cuidado colaborativo. Para tanto, possibilita a realização de uma clínica ampliada fora dos moldes da clínica, onde distintas especialidades e profissões conseguem dialogar e desta forma atender às necessidades dos pacientes, que antes recebiam atendimento hospitalar (CHIAVERINI, 2011). Essa nova forma de produzir saúde vem de uma perspectiva de reconstruir o sujeito, de inseri-lo na sociedade, onde o sujeito volte a se relacionar com o mundo fora dos muros do hospital.

2 MÉTODO

A presente pesquisa utilizou como método, a coleta de dados bibliográficos para a realização de uma revisão integrativa. Esse método de pesquisa tem por finalidade reunir diferentes estudos sobre o mesmo tema, a fim de sintetizar e obter dados gerais para aprofundar a análise sobre o papel da família no cuidado com a pessoa portadora de transtorno mental (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

O termo *"pessoa portadora de transtorno mental"* foi utilizado na pesquisa, conforme citado anteriormente, por não encontrarmos outra expressão que sintetize o "sofrimento psíquico". Da mesma forma, este termo é utilizado na Lei 10.216/01 (BRASIL, 2001) que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, e das cartilhas de Apoio Matricial (BRASIL, 2014), que se referem a esses sujeitos como portadores de transtorno mental.

Na revisão integrativa sobre o papel da família no cuidado com a pessoa portadora de transtorno mental utilizou-se como base a seguinte questão norteadora: Qual o papel da família no cuidado com a pessoa portadora de transtorno mental? A coleta de dados foi realizada através das bases de dados da BVS - Biblioteca Virtual em Saúde - Brasil e Scielo – Scientific Eletronic Library Online, usando como descritores as palavras, *"saúde mental", "transtorno mental", "cuidado" e "família".* Após realizada tal busca, realizou-se a avaliação dos artigos (resultados), análise e interpretação dos dados e conclusões.

Os critérios para inclusão dos artigos encontrados foram: artigos disponíveis nas bases de dados, citadas anteriormente, que abordaram o papel da família no cuidado à pessoa portadora de transtornos mentais, publicados em português nos últimos sete (07) anos (2007 a 2014). Como critérios de exclusão estabeleceram-se: artigos que não referenciaram a família como tema central estudado. O estudo teve como principais objetivos, responder às seguintes indagações: a) Qual o papel que a família assume no cuidado com a pessoa portadora de transtorno mental?; b) Qual a importância da família no tratamento da pessoa portadora de doença mental?; e c) Qual a representação que a família tem para a pessoa portadora de transtorno mental em seu tratamento?

3 RESULTADOS

Através do levantamento bibliográfico, a partir dos critérios de inclusão, foram encontradas 13 publicações no Scielo e outras 41 na BVS. Após a leitura inicial dos títulos e resumos dos artigos, foram excluídos oito (08) artigos do Scielo e trinta e três (33) da BVS que não se enquadram ao perfil da pesquisa, conforme objetivos e critérios de inclusão e exclusão. Desta forma, foram encontrados cinco (05) publicações do Scielo, e outros oito (08) na BVS, sendo três (03) estudos repetidos.

A maioria das publicações excluídas dizia respeito a estudos de como a enfermagem e os serviços de saúde lidam com a questão do cuidado na saúde mental, não se encaixando, então, no tema pesquisado sobre o papel que a família assume no cuidado com a pessoa portadora de transtorno mental e a importância que a família tem no tratamento destas pessoas. A partir da análise das duas bases e considerando a repetição de artigos entre as

mesmas, a amostra final de artigos da pesquisa em questão totalizou dez (10) publicações contempladas na revisão integrativa, conforme a tabela abaixo.

QUADRO 1 – ARTIGOS ENCONTRADOS ATRAVÉS DE ANÁLISE INTEGRATIVA NOS ÚLTIMOS SETE (07) ANOS (2007 A 2014).

Nº do Estudo	**Base de dados**	**Título**	**Referências**
1	Scielo	A família e o portador de transtorno mental: dinâmica e sua relação familiar	Borba, L. de O. et al. (2011). **Revista da Escola de Enfermagem da USP.**
2	BVS Scielo	O apoio familiar na perspectiva do paciente em reinternação psiquiátrica: um estudo qualitativo	Machado, V. C.; Santos, M. A. (2012). **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**
3	BVS	Dificuldades enfrentadas pela família no acolhimento do paciente com transtorno mental após a alta hospitalar	Oliveira, E. B.; Mendonça, J. L. S. (2011). **Revista de Enfermagem**
4	BVS	A convivência em família com o portador de transtorno psíquico	Souza, M. D. et al. (2009). **Revista Eletrônica de Enfermagem**
5	BVS	Um casal de idosos e sua longa convivência com quatro filhos esquizofrênicos	Oliveira, R. M.; Furegato, A. R. F. (2012). **Escola de Enfermagem da USP**
6	BVS	Familiares de usuários vivenciando a transformação do modelo assistencial psiquiátrico	Ribeiro, M. B. S. et al. (2009). **Estudos de Psicologia**
7	Scielo BVS	Convivendo com transtorno mental: perspectiva de familiares sobre atenção básica	Estevan, M. C. et al, (2011). **Revista da Escola de Enfermagem**
8	Scielo BVS	Familiares de portadores de transtorno mental: vivenciando o cuidado em um centro de atenção psicossocial	Moreno, V. (2009). **Revista de Enfermagem da USP**
9	Scielo	O cuidado ao idoso portador de transtorno mental sob a ótica da família	Avelino, A. C. A. et al. (2013). **Revista de Enfermagem**
10	BVS	Família e rede social no cuidado de	Alves, C. C. F.; Silveira, R. P.

	pessoas com transtorno mental no Acre: o contexto do território na desinstitucionalização	(2011). **Revista APS**

4 DISCUSSÃO

Com o processo de desinstitucionalização, onde a atenção à pessoa portadora de transtorno mental passou a ser deslocada para espaços extra-hospitalares, a família passou a ser a principal provedora de cuidados destas pessoas. Assim, todo o processo do tratamento ocorre na comunidade, onde a família e as equipes de saúde tentam atender da melhor forma possível as necessidades da pessoa com sofrimento mental.

Todos os artigos selecionados demonstraram o importante papel que a família desempenha no cuidado com o a pessoa portadora de transtorno mental. Todos os artigos relatados acima apontam a família como ator social fundamental no cuidado e atenção à saúde mental, sendo a família responsável pelo acolhimento, ressocialização e reinserção do indivíduo em nossa sociedade.

Através da análise dos artigos, pode-se perceber que a família entende que seu papel, enquanto cuidadora é o de zelar pelo bem-estar da pessoa portadora de transtorno mental, oferecendo um espaço de apoio, atenção e proteção. De acordo com o artigo 1, a família é o principal suporte com o qual o usuário pode contar, mesmo frente a inúmeras dificuldades encontradas, os autores referem como importante o afeto e incentivo que oferecem, para promover os meios adequados de crescimento e desenvolvimento. De outro modo, o artigo 3 propõe que a família tenha uma atitude terapêutica, onde o cuidado e o acolhimento vão muito além da tutela.

Ainda, o artigo 2 nos aponta que a família passa a ser a maior aliada no cuidado extra-hospitalar, visto que é ela quem acompanha de perto o tratamento, supervisiona o uso da medicação, monitora a evolução do tratamento e acompanha seu familiar nas consultas. A família também passa a ficar atenta às mudanças de comportamentos e aproximação de uma nova crise, tal constatação é reforçada no artigo 8.

Outra questão associada ao cuidado que apareceu na maioria dos artigos, foi o papel de mediadora social que a família desempenha entre a pessoa portadora de transtorno mental e o espaço coletivo. A família é responsável por esse intercâmbio, sendo o ponto de ligação entre o sujeito e o campo social. O portador de transtorno mental exige cuidados e, na maioria dos artigos pesquisados, estes acabam recaindo sobre as mães. Para exemplificar, cita-se o artigo 5, no qual uma das mães relata que se abstém de qualquer atividade para cuidar dos filhos, sendo que, em muitos relatos, elas dizem se sentir responsáveis por este cuidado e esta atenção.

Quanto à percepção que a pessoa portadora de transtorno mental tem sobre a importância do cuidado que recebe, no artigo 2, relatos se referem ao cuidado, proteção, fortalecimento emocional, acompanhamento do tratamento, desta forma, reconhecem e valorizam esse suporte familiar. Porém, em alguns momentos, se sentem incompreendidos pela família que podem não saber agir em situações de crise.

Embora não seja o foco principal da pesquisa, cabe ressaltar alguns outros assuntos que merecem atenção e que estão diretamente relacionados com o papel da família e os cuidados dispensados. Em todas as publicações, questões como as dificuldades enfrentadas pela família e sua importância foram mencionadas, bem como a necessidade desta também ser cuidada. Em relação às dificuldades enfrentadas, questões como a sobrecarga emocional apareceu na maioria dos estudos, considerando que muitas das pessoas portadoras de transtorno mental são dependentes e necessitam de cuidados ininterruptos.

A maioria das famílias também passa por dificuldades financeiras, sendo que, às vezes, um membro da família deixa de trabalhar para se dedicar aos cuidados do ente querido como é citado nos artigos 4 e 6 . A exclusão do convívio social foi outra dificuldade relatada pelas famílias nos artigos selecionados. Em um deles, a família diz sentir-se excluída das atividades sociais, deixando inclusive de receber convites para frequentar casas de amigos e vizinhos, o que acaba isolando cada vez mais a família e a pessoa que necessita de cuidados.

A falta de adesão ao tratamento é outra questão apontada como preocupante, como é relatado no artigo 3, e que acaba implicando em riscos de recaída. Assim, em momentos de crise e agressividade, que influenciam na dinâmica familiar, há uma sobrecarga do familiar que sente-se impotente, não sabendo como agir, o que provoca apreensão, frustração, e revolta. A carência sobre a falta de clareza de informações qualificadas em relação aos

transtornos também aparece no artigo 7, cujas famílias sentem-se perdidas, sem saber qual atitude tomar em algumas situações de crise.

O artigo 6 relata outra angústia vivenciada pelas famílias cuidadoras, de modo que apresentam dificuldades em compreender a complexidade do transtorno mental, a qual envolve aspectos físicos, emocionais, culturais e sociais. Este aspecto causa sofrimento e diversas outras mudanças na dinâmica, e no relacionamento familiar.

Ao relatarem a sobrecarga e o sofrimento intenso por parte dos cuidadores, surge a demanda de que as famílias também precisam ser tratadas. O artigo 3 reverencia que normalmente os cuidadores já chegam aos serviços de saúde muito estressados, cansados e desesperançosos. Desta forma, o artigo 2 reforça a importância de valorizar os familiares cuidadores e a necessidade que a família tem de ser incluída em intervenções de promoção de saúde, desenvolvidas pelos serviços. Ainda pensando na necessidade da família em ser cuidada, o artigo 7 reforça que, além disso, esta e os servidores da saúde precisam estabelecer uma rede de relação, com fins de instrumentalizá-la para melhor prestar auxílio ao seu familiar adoecido.

A angústia de uma nova crise pode ser amenizada pelo apoio dos profissionais de saúde, conforme aborda o artigo 5, que lembra a importância dos profissionais da área da saúde estarem preparados para lidar com as vivências de dor e sofrimento dos familiares. Através de momentos de escuta e de orientação às famílias, é possível fortalecer o poder de ação das mesmas, propiciando que estas se sintam amparadas e acolhidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise dos artigos selecionados foi possível responder à questão principal do estudo, sobre a representação que a família desempenha no cuidado com a pessoa portadora de transtorno mental, porém, algumas questões como a importância que a família tem para a pessoa portadora de transtorno mental foram pouco abordadas nos artigos encontrados. Já outros fatores, como as dificuldades enfrentadas pelas famílias, que não eram o foco principal do artigo, acabaram aparecendo em todas as publicações selecionadas, assim, tal tema foi abordado várias vezes durante a discussão deste trabalho, devido à sua importância.

Desse modo, conclui-se que a família cumpre o seu papel de cuidadora, dando suporte e oferecendo um espaço de apoio e proteção à pessoa portadora de transtornos mentais. Sugere tentar suprir suas necessidades, incentivando, acompanhando e estando sempre presente, mesmo que, em alguns momentos, não pareça estar preparada e instrumentalizada para desempenhar todos esses cuidados. Observaram-se, também, a importância e a necessidade de efetuar os cuidados ao cuidador de pessoas portadoras de transtornos mentais.

A partir da revisão realizada, pode-se perceber que a maioria dos estudos sobre a família e os cuidados da pessoa portadora de transtorno mental são realizados na área da enfermagem. Em sua maioria, os estudos tiveram o objetivo de analisar o desempenho e/ou atuação dos profissionais da saúde em relação ao cuidado e tratamento das pessoas portadoras de transtornos mentais e de seus familiares e não sobre as formas como a família percebe tal situação.

Assim, sugere-se que os profissionais e pesquisadores da área da psicologia possam investigar de maneira mais profunda quais são os papéis que a família desempenha no cuidado com a pessoa portadora de transtorno mental e qual a importância deste cuidado no tratamento sujeito, a fim de suprir tal lacuna na esfera científica.

THE ROLE OF FAMILITES ON MENTAL DISORDER PEOPLE'S CARE

Abstract: This study aimed to investigate the role families have on caring their family members with mental disorder, as well as to know what importance the family has on threating these individuals. An integrative review took place in order to compile publications of the last seven years (from 2004 until 2014) in order to synthesize general data about the families' role on caring the person with mental disorder. The results show that even if the family does not feel they have the technical instruments to do so, they fulfill their role of caregiver, providing support and offering a space of support and protection.

Keywords: Mental Health. Mental Disorder. Care. Family.

REFERÊNCIAS

ALVES, Caroline Carneiro; SILVEIRA, Rodrigo Pinheiro. Família e redes social no cuidado de pessoas com transtorno mental no Acre: o contexto do território na desinstitucionalização. **Revista APS – Atenção Primária à Saúde**, v. 14, n.4, p. 454-463, 2011.

AVELINO, Ana Clara Almeida. et al. O cuidado ao idoso portador de transtorno mental sob a ótica da família. **Revista de Enfermagem**, v. 3, n.9, p. 75-83, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde – Lei 10.216/01 de 06 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. **Cadernos de Atenção Básica, nº 39** – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BORBA, Letícia de Oliveira. et al. A família e o portador de transtorno mental: dinâmica e sua relação familiar. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v.45, n.2, p. 442-9, 2011.

CAETANO, Dorgival. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10**: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

CARDOSO, Lucilene; GALERA, Sueli Aparecida Frari. O cuidado em saúde mental na atualidade. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n.3, p. 687-91, 2010.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). **A família contemporânea em debate.** São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

CHIAVERINI, Dulce Helena (Org.). **Guia prático de matriciamento em saúde mental.** Brasilia – DF: Ministério da Saúde: Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.

ESTEVAN, Michelle Caroline. et al. Convivendo com transtorno mental: perspectiva de familiares sobre atenção básica. **Revista da Escola de Enfermagem,** v. 45, n.3, p.679-86, 2011.

FORTES, Hildenete Monteiro. Tratamento compulsório e internações psiquiátricas**. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil,** v. 10, supl. 2, p.321-330, 2010.

LANCMAN, Selma. Instituições psiquiátricas e comunidades: um estudo de demanda em saúde mental no Estado de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v.13, n.1, p. 93-102, 1997.

MACHADO, Vanessa Cristina; SANTOS, Manoel Antonio. O apoio familiar na perspectiva do paciente em reinternação psiquiátrica: um estudo qualitativo. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação,** v.16, n. 42, p. 793-806, 2012.

MACIEL, Marcelo de Abreu. Saúde mental e atenção psicopessoal**. Cadernos de Saúde Pública,** v. 24, n.4, p. 941-943, 2008.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO Cristina Maria. Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidencias na saúde e na enfermagem. **Texto: Contexto Enfermagem**, v. 17, n. 4, p.758-64, 2008.

MORENO, Vânia. Familiares de portadores de transtorno mental: vivenciando o cuidado em um centro de atenção psicossocial. **Revista de Enfermagem da USP**, v. 43, n. 3, p. 566-72, 2009.

OLIVEIRA, Elis Barbosa; MENDONÇA, Jovana Lucia Schettini. Dificuldades enfrentadas pela família no acolhimento do paciente com transtorno mental após a alta hospitalar. **Revista de Enfermagem**, v.19, n.2, p.198-203, 2011.

OLIVEIRA, Renata Marques; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira.Um casal de idosos e sua longa convivência com quatro filhos esquizofrênicos. **Escola de Enfermagem da USP,** v.46, n.3, p. 618-25, 2012.

OMS. **Livro de recursos da OMS sobre Saúde Mental, direitos humanos e legislação**. 2005.

RIBEIRO, Marli Benedita Santos, MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira; OLIVEIRA, Luiz Roberto. Familiares de usuários vivenciando a transformação do modelo assistencial psiquiátrico. **Estudos de Psicologia**, v. 14, n. 2, p. 133-140, 2009.

SOUZA, Maiquel Danzer. et al. A convivência em família com o portador de transtorno psíquico. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 11, n. 1, p. 124-32, 2009.

WAIDMAN, Maria Angélica Pagliarini; ELSEN, Ingrid. O cuidado interdisciplinar à família do portador de transtorno mental no paradigma da desinstitucionalização. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 14, n.3, p. 341-9, 2005.

WALDOW, Vera Regina. **O cuidado na saúde:** as relações entre o eu e o outro. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.